

Luiz Eduardo W. Wanderley¹

Pensamento Social e Igreja Católica na América Latina

Resumo: O texto analisa aspectos do pensamento social da Igreja Católica na América Latina, com base nas Assembléias do CELAM e encíclicas papais. O foco contempla o âmbito social, correlacionado com dimensões econômico-político-culturais. O escopo recai na teologia da libertação, sua natureza e desafios, com ênfase na opção preferencial pelos pobres e no compromisso social dos cristãos. Traz subsídios sobre as relações dessa teologia com o marxismo, apontando convergências e divergências. Aborda a visão de alguns membros dessa corrente, sobre o projeto socialista, avaliando seus limites e possibilidades.

Palavras-chave: Doutrina Social da Igreja Católica; CELAM; teologia da libertação; marxismo; socialismo.

Abstract: The article is based on recent research done by the author centered on catholic social thought on Latin America. It is based on official documents produced by the CELAM and popes letters. It focus the Libetration Theory and its defy concerning the "poor's option" and socialism as a philosophy that leads to emancipation.

Keywords: Social doctrine of the catholicism; the libetration theory; marxism; socialism.

Esse texto procura explicitar dimensões do pensamento da Igreja Católica no continente latino-americano, com ênfase nas últimas décadas do século XX e em algumas tendências em curso, nesse início de milênio.

Desde logo, é preciso reiterar uma perspectiva, defendida por diversos estudiosos, no sentido de se acautelar nas análises sobre a América Latina, pois ela é una e múltipla, heterogênea e plural, em todas as dimensões, inclusive, na religiosa. Na dimensão religiosa: diferenças na colonização espanhola e portuguesa, distinções no entendimento e relações com os indígenas e negros, formação filosófica e teológica dos padres e religiosos, concepções sobre ecumenismo e pluralismo religioso, dinâmica das pastorais sociais, relações de fé e política etc.

O texto está dividido em quatro itens: a) noções sobre a doutrina social; b) o pensamento social na América Latina; c) concepções da teologia da libertação; d) noções sobre o socialismo como projeto de sociedade.

¹ Mestre e doutor pela FFLCH da USP, livre docente pela FEUSP, professor titular do Departamento de Sociologia da PUC-SP e pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Endereço postal: Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP. Rua Monte Alegre 984, Perdizes, São Paulo, CEP: 05014-901, e-mail: marilew@uol.com.br

1. A Doutrina Social da Igreja Católica (DSI)

Essa doutrina é formulada, fundamentalmente, pelo magistério oficial e ensinada para orientar as comunidades católicas, tendo como fontes a fé e a razão, imbricadas pelos caminhos da história, com seus conhecimentos e conteúdos. Ela tem por base a Sagrada Escritura, a experiência de fé da Igreja, a razão pensando a fé e a teologia e como ela interpreta a sociedade. Como se sabe, essa doutrina é fundamentalmente redigida pelos papas, com a assessoria de membros da Cúria Romana, e, não raro, torna-se algo vertical, e mesmo uma imposição, ainda que matizada na sua aplicação prática. Ela é conhecida pelo pensamento constante das encíclicas (que são difundidas e citadas pelas primeiras palavras, em latim: *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931), *Mater et Magistra* (1961), *Pacem in Terris* (1963), *Populorum Progressio* (1967), *Laborem Exercens* (1981) etc.). Não obstante, na prática concreta das dioceses e arquidioceses, bispos e cardeais a interpretam e a aplicam, com tonalidades convergentes ou divergentes, dependendo das realidades nas quais se inserem e das próprias experiências de vida de cada um deles. Ademais, certas contribuições significativas de teólogos e pastoralistas (por exemplo: a teologia da libertação, analisada mais a frente), e mesmo de grupos de leigos (o método ver-julgar e agir da Ação Católica Especializada), exerceram influência no discurso e na atuação dos mesmos, com ressonâncias não desprezíveis nos textos eclesiásticos em geral, e mesmo nos papais, ora incorporando, ora refutando.

No pensamento da DSI sobre a sociedade, destacam-se: as ciências; a filosofia; os movimentos históricos; o clamor dos pobres; a ética; as utopias. Tendo por foco o conhecimento mais sistemático e metódico, a busca do rigor científico, são conhecidas as inumeráveis polêmicas, tensões, discordâncias mais ou menos radicais entre os cientistas, universitários, movimentos políticos em geral, e as posições assumidas pelos defensores oficiais da doutrina, em pontos cruciais: no debate atual, podemos exemplificar com os temas do aborto, do uso dos meios contraceptivos, na questão dos embriões, das células-tronco e vários outros. Tanto no passado como no presente, questões de fundo foram e são polemizadas, com foco no diálogo ciência e fé, ou razão e fé; no geral, a doutrina defende que as ciências são indispensáveis e alargam o conhecimento humano, mas são parciais, pois a totalidade da natureza do homem e seu sentido lhes escapam, e são dadas pelo cristianismo com ênfase na transcendência.

Sem ignorar todo o patrimônio cultural do enorme passado de séculos, Tradição, Escrituras, Padres da Igreja, o pensamento mais elaborado identificado na DSI tem início com Leão XIII e Pio XI. Em suas elaborações, já estão presentes questões, princípios, diretrizes, que serão retomados no decorrer dos tempos, muitos, sendo motivo de polêmicas, na época de sua divulgação e até os dias de hoje. Para abreviar o espaço do presente texto, citarei apenas um conjunto que teve impactos diretos e ressonâncias mais convergentes com a realidade latino-americana.

Uma inflexão importante no pensamento histórico e clássico acontece com as publicações das encíclicas sociais de João XXIII. Na *Mater et Magistra* (15/06/1961), são abordados temas de grande repercussão posterior: socialização e sua avaliação ética, recuperando o conceito tradicional de bem comum e que cabe ao

Estado promovê-lo; a propriedade privada como direito natural e salientando que ela possui uma função social; o entendimento de que o trabalho não pode ser mercadoria e sua remuneração não pode ficar adstrita às leis do mercado; a defesa da solidariedade cristã nas relações entre empregados e empregadores, a qual nega a concorrência absoluta liberal e a luta de classes marxista; distribuição equitativa das riquezas produzidas pelo desenvolvimento; medidas de política agrícola; condenação do imperialismo.

Na *Pacem in Terris* (30/04/1963), certos temas também terão implicações de peso na vida eclesial do nosso continente: os direitos do homem [“que emanam direta e simultaneamente de sua própria natureza e são, por isso mesmo, universais, invioláveis e inalienáveis” (PT 9)]; com destaques ao direito ao trabalho e ao de participar ativamente da vida pública; uma nova ordem moral, baseada na verdade justiça, solidariedade e liberdade; o acento novamente no bem comum como tarefa do Estado [o bem comum é entendido como “o conjunto de todas as condições de vida social que consistam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana” (PT 58)], acrescentando a proposta de enfatizar o bem comum universal – que exige uma autoridade mundial e para a qual foi indicada a ONU como modelo existente; a postulação de que não se deve confundir o erro com a pessoa que erra, ao lado da distinção entre falsas idéias filosóficas com os movimentos históricos que, mesmo baseados nelas, concordam com as normas da reta razão e interpretam as justas aspirações humanas (questão catalizadora que possibilitou que cristãos e marxistas pudessem conviver juntos e trabalhar na construção da mesma *polis*); destaque para alguns problemas vivenciados naquele período temporal – desigualdade entre os povos, exilados políticos, minorias étnicas, corrida armamentista.

Com essas formulações, a orientação doutrinária exposta vai desembocar no Concílio Vaticano II, no qual a Igreja Católica buscou se adequar ao mundo moderno, com uma expressão amplamente conhecida por *aggiornamento*. Algumas posições dessa abertura desagradaram fortemente setores conservadores da Cúria Romana, que chegaram a boicotar o projeto do papa. Como se tinha conhecimento, João XXIII tinha consciência das tensões internas, principalmente dos integristas (dos quais ele combate o fatalismo histórico), buscando avançar na paz entre os povos e na justiça social. Nessa perspectiva, ele proclamava a natureza pastoral do Vaticano II. Numa síntese das assembleias conciliares que precederam o referido Concílio, três idéias foram norteadoras: abertura ao mundo moderno, unidade dos cristãos, Igreja dos pobres. Um conceito conciliar fundamental foi o de Povo de Deus (na *Lúmen Gentium*), com especial reconhecimento do lugar dos leigos. Pelos efeitos que se seguiram, é válida a referência ao Terceiro Mundo, sinalizando que frente aos países subdesenvolvidos, a Igreja quer ser a Igreja dos pobres, o que favoreceu a minoria progressista. No campo da posição moderada sustentada pela maioria dos bispos, devia-se excluir a agressividade ou a obsessão de novas Cruzadas contra os ateus.

2. O pensamento social nas conjunturas da América Latina

Uma referência inicial: em trabalho específico sobre “os enigmas do social” (WANDERLEY, 2008), distingo algumas concepções do social: o social parcial, o social como consequência do econômico, o social setorial, e o que denomino (ciente da necessidade de esclarecimentos mais profundos) como social universal. Nessa concepção, teórica e prática, o social compreende o conjunto das ações e relações, quer de cooperação quer de conflito, quer de integração quer de ruptura, que se estabelecem entre indivíduos, grupos, associações, instituições, povos, comunidades, nações, em todos os campos societários. Diz respeito aos vínculos que ora cimentam o tecido de uma sociedade e que, ao mesmo tempo, gestam os conflitos e contradições que levam a mudanças e transformações sociais. Esses vínculos comparecem, em todas as sociedades, para atender essencialmente a três necessidades: as materiais; as de relacionamento interpessoal; e as espirituais (arte, subjetividade, cultura etc.). Em todos eles, estão, necessariamente, presentes gente, povo, população, pessoas. Não é demais recordar aqui a interpretação clássica de que o próprio capital é uma relação social, envolvendo as classes no processo de produção capitalista. Mas, é comum, no seio de diversos segmentos da população, a separação entre indicadores econômicos e indicadores sociais, usualmente olvidando as conexões entre a economia, a política e o social.

Considerando aspectos do pensamento social da Igreja Católica no continente latino-americano, as elaborações mais difundidas e que são pouco conhecidas nos meios acadêmicos, com raras exceções, vêm da Comissão Episcopal da América Latina (CELAM), em suas assembleias. Em cada contexto histórico, certas elaborações, dos episcopados nacionais, regionais e diocesanos, também são significativas e encontram repercussões, mais ou menos acentuadas, bem como análises de grupos e intelectuais católicos, que, dependendo do renome dos autores e dos impactos dos temas tratados, do mesmo modo, são expressivos. Pelo impacto intra meios aclesiásticos, eclesiais, e ressonâncias na opinião pública das sociedades, farei referências às Assembleias do CELAM; tendo em vista, contudo, a enorme bibliografia existente que as explanam, farei um mapeamento seletivo das linhas principais. Desde logo, é válido registrar que a trajetória das Conferências tem sido marcada por luzes e sombras. A de Medellín (1968) é considerada um marco histórico e inovador na Igreja Católica da América Latina, com destaque para a influência substantiva recebida do Concílio Vaticano II; nela ainda estava aceso o facho do *aggiornamento* de João XXIII e de abertura, mesmo com as dificuldades de implementá-la. Nas sombras, autoridades em postos-chave (principalmente no interior da direção do CELAM) articulavam obstáculos à sua concretização. Em Puebla, apesar da força desse grupo conservador no continente e do apoio explícito que receberam de setores no Vaticano, certas conquistas se consolidaram. Em Santo Domingo, o conflito foi mais acirrado e, mesmo considerando a manutenção de algumas conquistas (como a “opção preferencial pelos pobres”), a tendência ao fechamento foi se ampliando, sempre com a interferência direta de grupos da Cúria Romana. Vale lembrar, ademais, dos critérios para a seleção das assessorias: se em Medellín ela foi de alto nível e com excelentes resultados, em Puebla (1979) ficou de fora toda uma corrente:

Os principais assessores teológicos praticamente correspondiam a uma visão mais tradicional da teologia, e, sobretudo, eram nada significativos da prática teológica latino-americana. Antes, eram aqueles que se opunham a ela. Entre os peritos mais ligados ao campo social, havia uma presença mais significativa (LIBÂNIO, 1979, p. 61).

Em Santo Domingo, o mesmo aconteceu, e de modo mais rígido. E em Aparecida, a escolha seletiva foi feita a dedo, selecionando os teólogos afinados com Roma, e mínima presença daqueles afinados com a teologia da libertação.

O texto de Medellín retoma elementos da Doutrina Social da Igreja e busca atualizá-los, tendo em vista a realidade latino-americana. Os bispos criticam, na opção conhecida, os sistemas liberal-capitalista e o marxista. Apelando para a responsabilidade dos empresários, sinalizam para uma modificação radical das empresas. “A empresa, em uma economia verdadeiramente humana, não se identifica com os donos do capital porque é fundamentalmente comunidade de pessoas e unidade de trabalho [...]” (CELAM, 1973, p. 50). Defendem a incorporação dos trabalhadores, com a participação ativa na gestão da empresa. Valorizam a organização sindical, rural e operária, além do exercício de seu direito de estar representados nos níveis políticos, sociais e econômicos, onde se tomam as decisões concernentes ao bem comum. Enfatizam a promoção das populações camponesas e indígenas, o que exige a reforma das estruturas e da política agrária. Em termos amplos, faz-se necessário um desenvolvimento integral, com planos que salvem “a legítima autonomia de nossas nações, as justas reivindicações dos países mais fracos e a desejada integração econômica do continente” (CERIS, 1968, p. 53).

São demarcadas tensões: as diversas formas de marginalização – sócio-econômicas, políticas, culturais, raciais, religiosas, rurais e urbanas: as desigualdades excessivas entre as classes sociais, que geram frustrações crescentes; as formas de opressão de grupos e setores dominantes; o poder exercido injustamente por certos setores dominantes, usando a força para reprimir as reações; a crescente tomada de consciência dos setores oprimidos.

Com relação ao tema dos pobres:

Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres. Esta solidariedade significará fazer nossos seus problemas e lutas e saber falar por eles. Isto se concretizará na denúncia da injustiça e opressão, na luta contra a intolerável situação em que se encontra, frequentes vezes, o pobre e na disposição de dialogar com os grupos responsáveis por esta situação, a fim de fazê-los compreender suas obrigações (CERIS, 1968, p. 148).

No documento de Puebla (1979), há uma comprovação da situação de pobreza de milhões de latino-americanos, que se exprime, por exemplo, “em mortalidade infantil, em falta de moradia adequada, em problemas de saúde, salários

de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças, forçadas e sem proteção” (CELAM, 1979, p.99). Caracterizam como um escândalo e uma contradição a clivagem crescente entre ricos e pobres. Ficou conhecida a caracterização apresentada no texto das Conclusões sobre as feições concretíssimas em que se traduz a extrema pobreza, expressa em crianças abandonadas, jovens desorientados, grupos étnicos segregados, camponeses e operários explorados.

São relevantes as afirmações, no sentido de que a Igreja faz opção preferencial pelos pobres, visando sua libertação integral. O potencial evangelizador dos pobres foi potencializado com as CEBs. No que tange às difíceis e complexas visões sobre quem são os pobres, mostro (WANDERLEY, 2007), por um lado, ambiguidades, ambivalências, deslizamentos semânticos e, por outro lado, avanços e valorizações sobre o tema, que foram (e continuam sendo) fecundas e relevantes para as pastorais e mesmo para os movimentos sociais.

Antoncich e Sans (1986), a partir do uso da conceituação de ideologia, nas encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris, Populorum Progressio* e *Octogesima Adveniens*, apontam a ambiguidade semântica do termo, seus limites e suas oscilações, quando tentam abarcar uma visão global de toda a vida humana, o ordenamento social, a doutrina e os movimentos de cunho econômico, político e social com inspiração nelas e em teorias filosóficas. De uma parte, eles salientam a “ideologização da fé”, as lutas ideológicas e que a América Latina se encontrava atraída por ideologias anticristãs. Sobre a ideologia capitalista, os bispos reconhecem o seu valor e melhorias e reformas, obtidas em alguns lugares. Os autores indicam ambiguidades, quando o texto ora interpreta o progresso com base na primazia do capital e do lucro, antepondo o capital ao trabalho, o econômico ao social, levando a um “materialismo individualista”. Supor, falsamente, que os interesses de uma minoria coincidem com os interesses de todo o povo. Instrumentalizar a religião, “adorando o deus-dinheiro” e sob a capa do cristianismo, convertendo os bens da terra em ídolo. Os caminhos apontados pelos bispos são outros:

O Evangelho nos deve ensinar, em face das realidades em que vivemos imersos, que não se pode, atualmente na América Latina, amar de verdade o irmão nem, portanto, a Deus, sem que o homem se comprometa em nível pessoal e, em muitos casos, até em nível estrutural, com o serviço e promoção de grupos humanos e dos estratos sociais mais pobres e humilhados, arcando com todas as consequências que se seguem no plano destas realidades temporais (ANTONCICH e SANS, 1986, p. 258).

Na ideologia do marxismo coletivista, os bispos em Puebla reconhecem valores nesta ideologia, que mobilizam as classes trabalhadoras, tais como a promessa de maior justiça social, as lutas contra as injustiças do liberalismo econômico, a crítica ao fetichismo do comércio e do desconhecimento do valor humano do trabalho. Criticam a antropologia coletivista em que se funda a ideologia, desconhecendo certos direitos humanos, o materialismo ateu, a idolatria à riqueza

em sua forma coletiva e a instrumentalização religiosa, identificando o Reino de Deus com a construção do socialismo e eliminando o caráter transcendente do Reino e da salvação cristã.

Cabe uma referência à ideologia da segurança nacional, pela qual o sistema capitalista levou à supressão da democracia para assegurar a propriedade. A doutrina da segurança nacional não se coaduna com a visão cristã, na medida em que submete o indivíduo ao desenvolvimento econômico e à repressão bélica, tornando a ameaça do comunismo motivo de confusão entre vontade do Estado e vontade da nação. O sistema repressivo viola os direitos humanos.

No documento final do V CELAM, em Aparecida (CELAM, 2007), convém destacar algumas afirmações (utilizaremos a quarta versão redigida e, não a aprovada, depois, por Roma). O texto reafirma formulações e diretrizes mais conservadoras e, em contraposição, recupera elementos das posições traçadas em Medellín e Puebla e propõe algumas diretrizes, num sentido mais aberto (as quais, obviamente, podem levar ou não a compromissos sociais efetivos). Ficou conhecida a controvérsia sobre a interferência de revisores do texto aprovado pelos bispos, com alterações, tidas por acintosas, na parte referente às CEBs.

O texto destaca a globalização e consequentes mudanças, com acento na dimensão econômica dirigida pelo Mercado, o qual privilegia o lucro e a concentração de riquezas. É feita uma crítica às empresas multinacionais, com ênfase nos impactos no meio ambiente. Essas empresas fragilizam o Estado e desconsideram os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, das populações locais.

No caso das pessoas pobres, é válida uma comparação com a citação feita antes, a partir do documento de Puebla, tendo em vista os rostos de quem a sofrem. Entre elas, estão: as comunidades indígenas e afro-descendentes, muitas mulheres que são excluídas, em razão de seu sexo, raça ou situação econômica, jovens que recebem uma educação de baixa qualidade, muitos pobres, desempregados, migrantes, deslocados, camponeses sem terra, os quais buscam sobreviver na economia informal, crianças submetidas à prostituição infantil, ligada muitas vezes ao turismo sexual e vítimas do aborto, milhões de pessoas e famílias que vivem na miséria e inclusive passam fome, aqueles que dependem das drogas, as pessoas incapacitadas, os portadores de VIH e os enfermos da SIDA, os sequestrados e os que são vítimas da violência, do terrorismo, de conflitos armados e da insegurança cidadã (item 65).

Os bispos defendem uma globalização contraposta à hegemônica, marcada pela solidariedade, justiça e respeito aos direitos humanos. No contexto atual, além do fenômeno da exploração e opressão, irrompe a exclusão social. Os excluídos não são somente 'explorados', mas 'sobrantes' e 'descartáveis' (itens 64 e 65). Aparentam os efeitos perversos, originados pela dívida externa e interna, e que os governos não dispõem de sistemas tributários eficientes, equitativos e progressivos.

Na questão do trabalho, está dito que a população economicamente ativa da região está afetada pelo subemprego e o desemprego. O trabalho informal afeta quase a metade dela. O trabalho formal se vê submetido à precariedade das condições de emprego e à pressão constante de subcontratação, o que traz consigo salários mais baixos e desproteção no campo da seguridade social (item 71). Há um

enfraquecimento da atuação sindical. Vinculam o trabalho com a construção do Reino, pois o desemprego, a exploração do trabalho e o desalento contrariam os desígnios de Deus. Neste ponto, são indicadas experiências positivas, vindas dos afetados: microcrédito, economia solidária e local, comércio justo.

São destacadas as lutas dos camponeses por uma justa reforma agrária. Dadas a situação e as tensões presentes com os indígenas e os afro-descendentes, são indicadas preocupações com as ameaças à existência física, à cultura e à identidade desses grupos sociais, em especial, no quadro da globalização econômica e cultural e da migração induzida pela pobreza.

Constata, ademais, como a realidade de desigualdades e injustiças está conduzindo a processos de migração forçada. Nesses cenários, é valorizado o protagonismo de novos atores sociais da Sociedade Civil, no sentido de uma democracia participativa e de influência, na busca de políticas públicas que revertam a situação de exclusão, de reformas econômicas que criem empregos e de estímulo a organizações solidárias.

3. Libertação sócio-histórica e marxismo

Correndo o risco de ser repetitivo, pois acabo de publicar uma pesquisa sobre essa temática (WANDERLEY, 2007), retomo idéias ali expressas. Em texto que busca explicitar as origens da Teologia da Libertação (TdL), corrente de pensamento decisiva nas elaborações e nas práticas de setores expressivos dessa Igreja, na América Latina, e mesmo em outros países, cito reflexões de Gustavo Gutiérrez, teólogo peruano e um dos precursores dessa modalidade teológica. Em suas assertivas, ele demarca uma âncora naquele tempo, a problemática da dependência, afinado com os estudos dos cientistas sociais do nosso continente. Pelo pioneirismo do pensador e seu enraizamento na realidade latino-americana, foco básico do teólogo, ele realça a importância da figura de José Carlos Mariátegui, que estabelece um marco de ruptura com as correntes dogmáticas européias. Dois excertos, apontados por ele, tirados de Mariátegui: “Não queremos, certamente, que o socialismo seja, na América, decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Teremos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis aqui, uma missão digna de uma nova geração” (MARIÁTEGUI *apud* GUTIERREZ, 1975, p. 130). O autor enfatiza que Mariátegui foi fiel às intuições centrais de Marx, às suas fontes, mas para além de todo o dogmatismo, e simultaneamente fiel a uma realidade histórica original, mesmo reconhecendo limitações na obra deste pensador, ele o cita dizendo que o marxismo não é “um corpo de princípios de consequências rígidas, iguais para todos os climas históricos e todas as latitudes sociais (...). O marxismo, em cada país, em cada povo, opera e age sobre o ambiente, sobre o meio, sem descuidar nenhuma de suas modalidades” (MARIÁTEGUI *apud* GUTIERREZ, 1975, p.130). E evoca uma frase que servirá de bandeira para muitos que irão trabalhar com este pensamento, qualificando-o, ou seja, que para Mariátegui o materialismo histórico é, antes de tudo, um método de interpretação histórica da sociedade.

No caso brasileiro, uma referência central cabe aos irmãos Boff, que analisam as variáveis fundamentais da articulação sócio-analítica da teologia da libertação,

em vários trabalhos que elaboraram. Utilizo-me, aqui, de uma de suas contribuições: *Da Libertação – o teológico das libertações sócio-históricas*. Em sua reflexão, objetiva-se superar a posição clássica assistencialista e paternalista de auxílio aos pobres e fundir na associação, com eles, em suas lutas no processo de mudança. A fundamentação utilizada, nesse ponto, vem do documento de Puebla: “Ao analisarmos, mais a fundo, tal situação, descobrimos que essa pobreza não é uma etapa transitória e, sim, *produto* de situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, que *dão origem* a este estado de miséria” (CELAM, 1979, p.30).

Um componente fundamental se centra no entendimento do que seja mediação, em suas interconexões com a realidade social. A ênfase é dada em três mediações. Emprego os dizeres originais desses especialistas:

É aqui que falamos das três mediações da teologia da libertação. Mediação significa os meios com que a teologia se dota para realizar o que se propõe: a mediação sócio-analítica, a mediação hermenêutica e a mediação prático-pastoral. Trata-se de instrumentos destinados a melhorar nossas percepções da realidade contraditória, para superar o ingenuísmo, o empirismo e o moralismo, que impedem de conhecer criticamente (mediação sócio-analítica); em seguida, cumpre aprofundar nossa indignação ético-cristã, face às contradições; com gritos proféticos – por mais necessários que sejam, pois são eles que deslançam a ação –, não modificamos a realidade, nem conseguimos interpretá-la corretamente, à luz da fé (mediação hermenêutica); por fim, importa buscar os caminhos viáveis, sensatos, que façam avançar na libertação dos pobres, dentro do quadro de forças religiosas, políticas, militares, ideológicas, econômicas etc, que existem dentro do corpo social (mediação prático-pastoral) (CELAM, 1979, p.14).

No prisma da mediação sócio-analítica, Leonardo Boff sintetiza: Empirismo: fatos – consciência ingênua – assistencialismo; Funcionalismo: conjuntura – consciência crítica – reformismo; Estruturalismo-dialético: estrutura – consciência crítica radical – libertação.

O diálogo com o marxismo foi fecundo e motivo de recusas, conflitos conceituais, condenações; com ele, é indicada a mediação estruturalista dialética, com a qual se pretende analisar a estrutura global do capitalismo, tida na doutrina social como “nefasto sistema”, que vai mudando as suas regras ao longo dos anos, mas nunca o seu jogo, isto é, seu sistema.

Falamos em estruturalismo, porque a análise assenta na consideração da estrutura que subjaz às conjunturas e aos fatos concretos. Estes só são adequadamente compreendidos, se apreendermos a estrutura capitalista de nossa sociedade. Dizemos, ainda, estruturalismo *dialético* porque entre os que detêm o

capital e os demais possuidores da força de trabalho vigora uma interação difícil e conflitiva, porque os interesses não são convergentes. No jogo destas forças, se entende a constituição, evolução e manutenção deste tipo de sociedade, que é a nossa. A consciência que capta estas articulações se chama crítica radical. É radical, não porque é, emotivamente, polarizada, mas porque vai às raízes da questão. A terapia apresentada por esta consciência crítica radical não é a reforma do sistema; isto implicaria apenas em fazer um curativo na ferida, sem perceber o foco gerador da enfermidade; postula-se uma nova forma de organizar toda a sociedade, sob outras bases, não mais a partir do capital em mãos de alguns, mas a partir do trabalho de todos, com a participação de todos nos meios e bens de produção e nos meios de poder; fala-se de libertação. A teologia da libertação arranca deste tipo de leitura da realidade social, crítico-radical e dialético-estruturalista. É esta análise que faz ver os mecanismos *permanentes*, produtores de pobreza e marginalização (CELAM, 1979, p. 16-17).

Com a mediação hermenêutica, pretende-se identificar, na realidade, a presença ou ausência de Deus, negar ou responder ao seu desígnio salvífico, mediante a fé, a escritura e a tradição. Qual o ideário que melhor se adapta à realidade social de hoje? A fé cristã ajuda a optar pelo melhor tipo de análise da realidade, a apoiar os movimentos históricos mais afinados com os preceitos evangélicos:

neste sentido, percebemos, hoje em dia, que o ideário cristão é mais afim com aquele socialista do que com aquele capitalista. Não se trata de criar um socialismo cristão; trata-se de poder dizer que o ideário socialista, quando cumprido e realizado, permite ao cristão melhor viver os ideais humanitários e divinos de sua fé; o sistema capitalista também o permite (haja vista os séculos de cristianismo dentro da sociedade capitalista), mas com muitas contradições que poderiam ser superadas num outro sistema (que, por sua vez, também terá outras contradições, mas menores) (CELAM, 1979, p.18-19).

No campo da ação concreta, a mediação prático-pastoral destaca a prudência para aquilo que é possível e viável. O propósito é embasar a atuação, atentando para as condições objetivas e para a correlação de forças sociais. Ela deve, também, se articular com as outras forças que agem com os mesmos fins, dentro de uma perspectiva de libertação integral (Reino de Deus) e não restrita apenas a uma libertação sócio-histórica. Os cristãos devem atuar nas instâncias simbólica, política e infra-estrutural, para encontrar as opções concretas e as soluções adequadas.

Qual o sentido da libertação integral? Ela é vista como síntese de todo o processo histórico, que engloba todos os níveis, e os cristãos nele inseridos devem

enfrentar esse desafio. O risco está em desistoricizá-lo e usá-lo ideologicamente. Logo,

a real novidade da teologia da libertação consiste na elaboração de um discurso rigoroso acerca do teológico presente nas libertações sócio-históricas. Portanto, trata-se de um discurso teológico regional, acerca de uma região da realidade, bem circunscrita, a sócio-econômica (CELAM, 1979.,p.47).

Constata-se que há um processo de libertação concretizado pelas classes subalternas, na América Latina, articulando as dimensões, econômica, política, social e pedagógica. Para alcançar esse desiderato, o povo se organiza e luta. Neste processo de libertação, que é uma realidade histórica, muitos cristãos participam. O que a teologia tem a dizer sobre esta realidade sócio-histórica? Como se relacionam Deus, Reino, salvação com esta libertação? Como libertação histórica.

Nessas análises, uma abordagem complementar busca integrar as ciências sociais com a teologia; se, por um lado, alguns as miram como um suporte necessário e útil, por outro lado, outros as taxam de perigosas para os dogmas da religião (principalmente no caso de sua tradução no instrumental marxista). No entendimento de Löwy (1993): a TdL legitima a independência da pesquisa científica; apresenta afinidades com a tradição socialista e colabora na prática com convergências ativas entre cristãos e marxistas; articula a crítica moral com análises econômicas da exploração; substitui caridade em geral pela justiça social; combate a privatização da fé e sustenta a necessidade de articular fé e política, e, significando-as num sentido moderno (agrupamentos voluntários utópicos, com a intenção de transformar os sistemas globais vigentes); a TdL é caracterizada como crítica à modernização econômica, ao progresso técnico e à ideologia do desenvolvimento.

Considerando outros elementos da discussão havida entre intelectuais, pela influência ora sutil e ora explícita que exerceram em segmentos do clero e do laicato, cabe um realce ao aberto, estimulador e polêmico diálogo, que se estabeleceu no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER, 1984, 1987), a propósito do uso, pelos cristãos, da ferramenta marxista, que envolveu alguns deles e pessoas de outras áreas, com posições divergentes. Este diálogo, publicado em edição especial das *Comunicações do ISER*, abarcou as posições expressas por distintos autores (Rubem César Fernandes, Pedro Ribeiro de Oliveira, Clodovis Boff, Roberto Romano, Leandro Konder, Félix Alexander Pastor, Francisco Cartaxo Rolim), que foram instigantes e replicavam tensões e dissonâncias em curso nas reflexões e práticas das comunidades católicas, e fora delas. As discussões giraram, inicialmente, em torno da concepção mesma de “ferramenta” ou de “instrumento” (houve a sugestão de mudá-los para mediação). Na sequência, houve o debate sobre distintas noções importantes, resumidas, aqui, pela rama: relações entre as teorias científicas e o marxismo e suas tendências; os projetos de socialismo realmente existentes e o totalitarismo implantado; validade dos paradigmas científicos (no caso do marxismo, ele permanece vivo na explicação dos pontos fundadores do capitalismo) e suas transformações históricas constantes; relações ambíguas e ambivalentes entre teologia e marxismo (diferenciação de noções de oprimidos, totalidade, utopia, re-

volução); o essencial e o inessencial no marxismo (a unidade contraditória entre sujeito e objeto); legado teórico de Marx e multiplicidade de caminhos que engendrou na história; comentários críticos radicais e uns poucos positivos sobre o Documento Ratzinger, que analisou a teologia da libertação; distinções entre a concepção materialista da história e o materialismo metafísico; não confundir discurso analítico e ético; distinções entre totalitarismo de Estado e totalitarismo de Mercado; tema do partido e atritos ocasionados no interior do socialismo, e mesmo entre grupos não-marxistas no continente latino-americano; questões postas sobre quem deve ser o sujeito da grande transformação (proletariado e outros setores sociais, como os camponeses, pobres etc.), e quais as estratégias a serem executadas nos processos revolucionários; totalidade social e relações entre teoria e prática; como a teologia da libertação colaborou na dessatanização e dessacralização do marxismo, em orientações reducionistas e em aproximações dele com a Igreja Popular, desconhecimento do conjunto dos marxismos da parte de muitos militantes.

Num texto de Otto Maduro (1990), ele destaca pontos expressivos nas conexões entre TdL e marxismo: diferentemente das posições marxistas clássicas sobre a religião, ela é vista pela TdL como algo constitutivo dos oprimidos, marcada por criatividade e iniciativa, que contribui em suas lutas contra a opressão; a sua luta contra a exploração capitalista é um imperativo e, mesmo depois de sua desaparecimento, continuará a luta contra a opressão, qualquer que seja a sua natureza; essa teologia faz parte da cultura das classes oprimidas; ela reconhece a pluralidade das culturas latino-americanas contra as imposições da cultura dominante; cada povo constrói seu futuro de sua própria maneira; a TdL combate todos os autoritarismos existentes nas sociedades e na própria Igreja Católica (motivo de fricções profundas com o Vaticano); ela encara a realidade social em sua multidimensionalidade, a partir de vários campos e não fixada na esfera da política.

4. A esperança no socialismo: reptos e prospectivas

Dentre o expressivo grupo dos que deram o tom nas discussões do socialismo na América Latina, fixar-me-ei em três autores que estavam mais vinculados às orientações da TdL.

Para Gustavo Gutierrez, a construção do socialismo na América Latina carece de uma teoria sólida e própria, em sentido histórico. Sua afirmação central é a da necessidade da construção de um homem novo. Para atingir esse ideário, essa construção exige uma libertação que supere a dependência econômica, social e política, torne o homem livre de todas as servidões e seja artífice de seu próprio destino, o que exige uma revolução cultural, assumida pelo povo oprimido e que parta dos valores próprios desse povo. Nesse enquadramento, ele destaca a obra de Paulo Freire, mesmo reconhecendo limitações em suas idéias e métodos: a metodologia em que se funda a sua pedagogia do oprimido é uma ação cultural que une teoria e prática à conscientização, meios preciosos que contribuem para que o oprimido tome consciência da realidade e exerça sua capacidade criadora.

Focando na Igreja Católica, o teólogo peruano traz aportes, para mostrar como, em vários países, ela foi assumindo um compromisso, no sentido de estimular

as mudanças sociais, e como certos setores cristãos optaram pelo socialismo. Em suas palavras:

A situação de dependência que se vive no subcontinente vale, também, no plano eclesiástico. A igreja latino-americana nasceu dependente e tem vivido, até hoje, uma situação que não lhe deixou desenvolver suas peculiaridades. Como no plano sócio-econômico e político, essa dependência não é só um fator externo, senão que configura as estruturas, vida e pensamento da Igreja latino-americana. Ela tem sido mais uma Igreja-reflexo que uma Igreja-fonte (...) A superação da mentalidade colonial é uma das grandes tarefas da comunidade cristã (GUTIERREZ, 1968, p. 183-184).

Frei Betto teve papel destacado nas interpretações sobre o socialismo em geral. Dentre as obras circunscritas diretamente ao tema, destaco: *Fidel e a religião* (1985); *O paraíso perdido - nos bastidores do socialismo* (1993). Nelas, há comentários favoráveis aos avanços ocorridos em Cuba, que lhe valeram ataques críticos em distintos setores, inclusive nos países do Leste Europeu: “Só em Cuba, os bens da terra e os frutos do trabalho humano são fraternalmente repartidos (...) Como posso atirar pedras em Cuba, se vivo num país e num continente que produzem mais mortes do que vidas?” (1993, p. 408). Em outro livro, *O socialismo morreu, viva o socialismo. Questões atuais do socialismo* (1990), esse autor analisa os avanços da experiência na Rússia e indica alguns pontos suscetíveis de crítica profunda. Como resumi em obra recente (WANDERLEY, 2007), retomo os juízos do autor sobre o socialismo em geral, nos quais ele sustenta que os fracassos giram em torno: da falta de participação popular em toda a sua profundidade; da prevalência do infra-estrutural sobre o superestrutural; da necessidade de organizações populares fortes, que gerem socialistas revolucionários; da reconquista da democracia formal – “seria incorrer no vanguardismo negar esse espaço democrático e manter-se pela via suicida de um enfrentamento armado com o poder dominante, sem prévio respaldo popular. (...) na atual conjuntura, o modelo cubano ou sandinista de revolução soaria romântico, se não fosse irresponsável” (BETTO, 1990, p. 414-415). E seguem os juízos: da elaboração de uma estratégia respaldada em fundamentos éticos; da união entre pão e beleza, razão e coração, subjetividade e trabalho, vida espiritual e mudanças de estruturas; da convergência de condições objetivas e subjetivas para a mudança pretendida. Desencanto, ou busca do novo? Ele termina sua interpretação, dizendo que

o socialismo é a única possibilidade – aritmética – de a humanidade sobreviver neste planeta de recursos limitados, porém abundantes, desde que repartidos entre todos. Mas não haverá futuro para o socialismo, sem a ética do amor que dilacera corações e mentes. Para mim, (...) o socialismo deixou de ser um mito. Apagou-se a imagem paradisíaca que ele projetava, restando, entretanto, a certeza de que a socialização dos bens é a única via

capaz de arrancar a humanidade dessa longa etapa, em que a vida de uns se nutre da morte de outros” (BETTO, 1990, p. 417).

Um outro teólogo dessa corrente, Clodovis Boff, também avalia as experiências de Cuba e da Rússia, elogiando os aspectos positivos e valiosos na construção do socialismo, e ponderando sobre as incongruências, negatividades e desvios que nele subsistem. Suas obras nesse sentido são *Cartas teológicas sobre o socialismo* (1989) e *Socialismo: crise, desafios e perspectivas* (1990). Postulando que, para o Terceiro Mundo, só existe uma saída objetiva – o socialismo, Clodovis Boff defende que não se pode fugir de responder às questões clássicas de como conciliar: igualdade e liberdade, justiça e liberdade, socialismo e democracia. Novamente, retomando a síntese que fiz (WANDERLEY, 2007) para as contribuições desse autor, a configuração de uma sociedade verdadeira deve se apresentar como sendo socialista, no nível econômico, democrática, no nível político, pluralista, no nível ideológico. Dada a articulação imperativa dos dois termos democracia e socialismo, a direção deve ser uma: do socialismo na economia, abarcar toda a sociedade e chegar ao que alguns sustentam como sendo o socialismo-espírito (“tendência moral”, “paixão pela justiça”, “opção ética”). Sustentando que socialismo e democracia são consubstanciais, não se pode ignorar que não há autêntica democracia (política) sem socialismo (econômico), o que significa que o socialismo é a base econômica do ideal democrático, sua condição material do exercício das liberdades civis e políticas; mas, também, não há verdadeiro socialismo (econômico) sem democracia (política), o que significa que os trabalhadores para serem os sujeitos da economia, devem ser cidadãos plenos e que a democracia é condição para o exercício do controle real dos meios de produção pelo povo organizado. Os operários precisam controlar politicamente os controladores técnicos e administrativos das unidades produtivas. Sem democracia, só se chegará ao “socialismo autoritário e burocrático”, ao “capitalismo estatal”, ao “socialismo de acumulação”. Deixando clara sua posição, em termos bem ortodoxos, “efetivamente, a prioridade do econômico não é necessariamente anterioridade temporal. É prioridade estrutural, no sentido de que o edifício político e ideológico se eleva sobre as bases econômicas. A questão da anterioridade temporal é puramente estratégico-tática, não histórico-estrutural” (1989, p. 134).

Considerações finais

No que concerne ao pensamento da TdL, dos primórdios aos dias de hoje, ele passou por revisões, adaptações, acréscimos, correções, quer elaborados pelo autores mais relevantes em diversas obras posteriores (inclusive dos aqui mencionados), quer na vasta obra elaborada por teólogos, filósofos, pastoralistas, clérigos, leigos, além dos documentos oficiais de bispos, espalhados pelos distintos países da América Latina. Dessas reflexões, ele vem adquirindo novas tonalidades e cores, maior densidade e sistematização. Ressalte-se que subsistem diferenças expressivas entre os próprios defensores, mas há um consenso básico nas intuições, nas idéias norteadoras, nas práticas exercidas. E ele permanece fecundando e canalizando reflexões e práticas nas CEBs, nas pastorais sociais, nos movimentos sociais que

mantêm conexões com esses segmentos eclesiais. Nessa ótica, textos elaborados por episcopados nacionais (com relevo no Brasil) trazem uma análise mais ampla e crítica do capitalismo, da globalização, das causas estruturais e históricas, bem como sugestões pertinentes de como superá-las.

Quem conhece a história sócio-religiosa da Igreja latino-americana sabe que passar do discurso para a prática é um enorme desafio. Os efeitos concretos daqueles que optaram por concretizar as orientações do Vaticano II e de Medellín, da opção preferencial pelos pobres, dos engajamentos e movimentos de toda a natureza, que são solidários com os excluídos e oprimidos pela globalização neoliberal, foram e são motivo de incompreensões, desqualificações, perseguições, com limitados mecanismos e recursos de apoio teórico e prático.

Alguns comentários feitos por Libânio (1979), tendo por referência o documento de Puebla, podem ser incorporados para os demais, sempre observando as condicionalidades de tempo, de lugar, da dinâmica do evento, dos participantes. Ele destaca que: "Quanto ao diagnóstico da realidade social, a crítica fundamental consistiu na falta de racionalidade interpretativa, reduzindo-se, antes, ao aspecto descritivo. Aparece claro o conjunto escandaloso da situação de injustiça reinante no continente, mas não se avança nada, numa explicação de suas causas, sejam históricas como estruturais" (Libânio, p. 56). Com as devidas ressalvas, algo consta e avançou nos escritos dos defensores da TdL.

Na ótica do social, abordada no início do presente texto, o conjunto tende para o social parcial (WANDERLEY, 2008), em que pesem certos tópicos mais substantivos.

Por fim, cabe um comentário sobre os impactos, diretos e indiretos, desse pensamento nas sociedades nacionais, e mesmo continental, no sentido de que é inconteste como ele foi incorporado e concretizado nas ações de movimentos do passado: cristãos para o socialismo, sacerdotes para o Terceiro Mundo e Ação Popular (WANDERLEY, 2007), bem como nas atividades políticas transformadoras em determinados países. Esses impactos, com inflexões consideráveis em cada caso, continuam presentes nos tempos atuais, podendo-se exemplificar, no Brasil, com sua inserção nas atividades de: Comissão da Pastoral da Terra, CEBs, Grito dos Excluídos, Movimento dos Sem-Terra, População de Rua, Movimento de Barragens, do Lixo, de Cooperativas, ONGs etc.

No que diz respeito ao socialismo, ele é encarado como uma utopia na percepção desses autores (como *inédito viável*), mesmo cientes de alterações significativas em seu pensamento, nos períodos posteriores. Como se constatou, a perspectiva deles é otimista e reivindicam que a experiência foi positiva em diversos aspectos. As interpretações críticas, sutilezas analíticas, matizes nas visões, dos mesmos e de outros estudiosos, nem sempre são lidas e compreendidas pela opinião pública, pelos agentes e pelas bases da denominada Igreja Popular. Como salientei na obra citada, os fatos evidenciaram algumas de suas ilusões sobre a realidade socialista (traduzidas nas frases: "o mais humano de todos os sistemas econômicos", "Cristo e seu Reino aí estão presentes", um povo "com forte moralidade social"), considerando o conhecimento adquirido na pós-derrocada da desagregação do modelo e projeto de sociedade, que imperavam naqueles países. Para os propósitos

dos diversos grupos que defendem as idéias e projetos afins, com o desencantamento generalizado advindo dos acontecimentos que ocorreram nos países socialistas, pós Guerra Fria e Queda do Muro de Berlim, com as limitadas informações consistentes sobre a conjuntura efetiva do atual Leste Europeu e sobre os rumos oscilantes daqueles países que entraram na Comunidade Européia, e ademais sobre as veredas atuais e futuras de Cuba e da China, coloca-se em xeque a visão que se tinha sobre os mesmos. Mesmo assim, a utopia e novas práticas em curso pelo mundo, com foco nos países subdesenvolvidos (ou emergentes), que encontram guarida nos fóruns e redes mundiais, com ênfase no Fórum Social Mundial, ainda alimentam a crença de que um outro mundo é possível, quer ainda propondo um socialismo democrático, ecológico, sustentável, quer propondo novos modelos.

Recebido em 20 de outubro de 2008.

Aceito para publicação, em 10 de novembro de 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONCICH, Ricardo, SANS, José Miguel M. *Ensino social da Igreja – trabalho capitalismo, socialismo, discernimento, insurreição, e a não-violência*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BETTO, frei. *Fidel e a religião – conversas com frei Betto*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *O paraíso perdido – nos bastidores do socialismo*. São Paulo: Ger. Edit., 1993.
- _____. e MATINEZ HEREDIA, F. *O socialismo morreu, viva o socialismo. Questões atuais do socialismo*. São Paulo: Cepis (Documento Série Especial 5), 1990.
- BOFF, Clodovis e BOFF, Leonardo. *Libertação – o teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BOFF, Clodovis. *Cartas teológicas sobre o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. Socialismo: crise, desafios e perspectivas. *Revista de Cultura Vozes* n. 84. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BOFF, Leonardo. *Do lugar do pobre*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *E a Igreja se fez povo: eclesiogênese, a Igreja que nasce do Povo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio [Conclusões de Medellín]* Petrópolis: Vozes, 1973.
- CELAM. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Texto oficial da CNBB (Conclusões de Puebla). São Paulo: Loyola, 1979.
- CELAM. V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. *Seguir Jesus: Discípulos e Missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida*. Aparecida-SP: CELAM, 2007 [Redação, enviada ao Vaticano].
- CERIS. *A Igreja na AL: desenvolvimento e integração [Assembléia Extraordinária do CELAM em Mar del Plata, 1966]*. Petrópolis: Vozes, 1968.
- GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- ISER. Comunicações do ISER. *A ferramenta marxista*, ano 3 (ago.), n. 9. Rio de Janeiro: ISER, 1984.
- _____. Comunicações do ISER. *A ferramenta marxista*, ano 3 (dez.), n. 12. Rio de Janeiro: ISER, 1984.
- _____. Comunicações do ISER. *A ferramenta marxista*, ano 6 (maio). Rio de Janeiro: ISER, 1987.
- LIBÂNIO, J.B. Introdução. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *Texto oficial da CNBB*. São Paulo: Loyola, 1979.
- _____. *A religião no início do milênio*. São Paulo: Loyola, 2002.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1991.
- _____. La théologie de la liberation et la modernité. In: Vários autores. *L'individu le citoyen, le croyant*. Bruxelles: Facultés Universitaires Saint-Louis, 1993.
- MADURO, Otto. *Religião e luta de classes*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. A desmitificação do marxismo na teologia da Libertação. *Comunicações do ISER*, ano 9, n. 39. Rio de Janeiro: ISER, 1990.
- SOTER e AMERINDIA (orgs.). *Caminhos da Igreja na América Latina e no Caribe - novos desafios*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (2008). A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho; Enigmas do social. In: WANDERLEY, Mariangela B. BÓGUS Lúcia, YASBEK, M. Carmelita (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2008, 3ª ed. revista e ampliada.
- _____. *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: EDUC, 2007.